

ENCARTES PEDAGÓGICOS

Realização: GETEL e Colegiado
de Pedagogia do DEDC XI



Encartes Pedagógico? O que são? A que se destinam

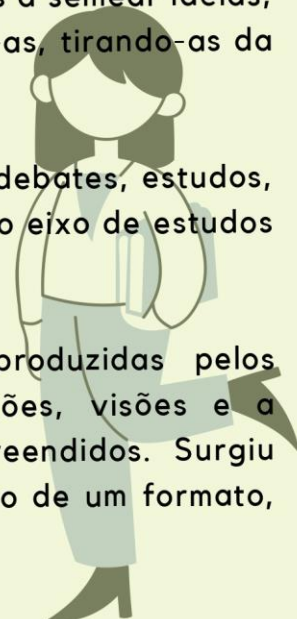
Os cenários contemporâneos estão sendo (re)desenhados pelas profundas marcas impressas pelo surgimento de uma pandemia que afetou de modo avassalador os sujeitos sociais em seus fios e teias, desde os processos relacionais, modos de organizar a vida e sobretudo nas dinâmicas das instituições que fazem educação, tanto a Educação Básica quanto as Instituições de Ensino Superior.

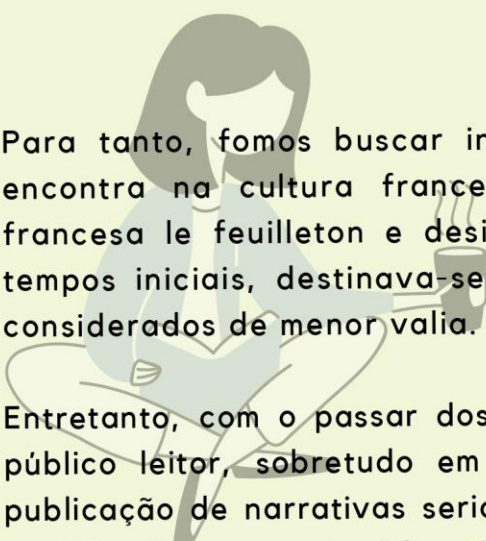
Fomos afetados no que mais primamos: o contato humano, o toque, o abraço, o estar junto, produzir conhecimentos em teias de afetos e presencialidades.

Na contramão de tudo, enxergamos uma possibilidade de continuarmos a semear ideias, a prosseguirmos mexendo com a pessoas e provocando-as, sacudindo-as, tirando-as da inércia: Conexão pelas linhas virtuais.

Assim, O Grupo de Estudos GETEL tem promovido ao longo dos anos, debates, estudos, provocações acadêmicas quanto a diversas temáticas convergentes ao eixo de estudos no que tange a Educação, Linguagens, Tecnologias e Inclusão.

Procuramos um modo inovador para disseminação das ideias produzidas pelos pesquisadores, para garantir a circularidade e trânsito de opiniões, visões e a interlocução necessária a fecundidade das ações e estudos empreendidos. Surgiu então, a ideia de tecermos os fios e as cores das mensagens por meio de um formato, até então não usual: Encartes pedagógicos!





Para tanto, fomos buscar inspiração na Literatura de folhetins, cuja origem se encontra na cultura francesa uma vez que, “O termo folhetim é de origem francesa le feuilleton e designa o que se chama de rodapé”. (Silva, 2020). Nos tempos iniciais, destinava-se o rodapé dos periódicos para publicação de textos, considerados de menor valia.

Entretanto, com o passar dos anos, os periódicos perceberam a larga aceitação do público leitor, sobretudo em relação ao gênero romance. Com efeito, inicia-se a publicação de narrativas seriadas e que eram distribuídas ao público paulatinamente em folhetins semanais. “O estilo narrativo com a fórmula de continuação da história na próxima publicação exige dos escritores a elaboração de enredos atraentes, que prendam a atenção dos leitores.” (Silva, 2020).

Pois bem! Nossos encartes pedagógicos serão escritos em séries, e os leitores terão oportunidade de receber, a cada período, um encarte pedagógico, cuja linguagem leve, colorida e entrecruzadas com multiplicidades de linguagens, tem potencial de informar, polemizar, discutindo sobre temas de interesse formativo, sendo dirigidos a graduandos, pós graduandos e interessados pela leitura e a discussão da educação contemporânea no que tange a assuntos e pautas em circulação.





DEDC - CAMPUS XI
Departamento de
Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

A ideia é que façamos circular vários encartes pedagógico, assinados por pesquisadores do GETEL. Ao final, cada leitor@ poderá colecionar seus encartes e fazer uso da melhor e mais produtiva forma.

Deste modo, lançamos os encartes pedagógicos com a esperança de fazer circular informações, opiniões, ideias, semeando conhecimentos produzidos de modo colaborativo!

Assim serão nossos encartes: uma forma inovadora de conversarmos e contribuirmos para a construção de uma educação, cada vez mais potente, pujante e socialmente comprometida com a transformação das pessoas e dos cenários polimorfos que edificam essa imensa colcha de retalhos: os seres humanos.

Boa leitura e excelentes usos e replicações dos nossos Encartes Pedagógicos.

*SILVA, Daniela Cristina Agostinho. Folhetim. Disponível em:
<https://www.infoescola.com/generos-literarios/folhetim/2020>

Ana Cristina de Mendonça Santos
Jusceli Maria O. de C. Cardoso
Editoras



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
MOSTRA A SUA CARA!**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: COMO EU
ME INSIRO NESTE CONTEXTO**



Comunicar não é de modo algum transmitir uma mensagem ou receber uma mensagem. Isso é a condição física da comunicação. É certo que para comunicar, é preciso enviar mensagens, mas enviar mensagens não é comunicar. Comunicar é partilhar sentido.

Pierre Lévy

Olá companheiros! Estudantes, professores, funcionários e comunidade do Campus XI da UNEB em Serrinha!

Prazer estabelecer este diálogo com vocês!

Concordando com Levy, e desejando partilhar sentidos sobre a educação à distância- EAD, com a nossa comunidade acadêmica, por entender que este tema possui grande relevância no cenário educacional atual, o Grupo de Estudos em Tecnologias Educação e Libras- GETEL, propõe este espaço de interlocução, para difundir, refletir e debater conhecimentos acerca da modalidade EAD, com a finalidade de contribuir para o debate atual, a partir de uma perspectiva formativa e dialógica. Assim, a proposta é socializar Encartes pedagógicos, e a partir deles, abrir espaços de debates online entre professores, técnicos, estudantes e a comunidade em geral.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Por Ana Cristina Mendonça

VAMOS CONOSCO?

1º Encarte pedagógico do GETEL – EAD: delimitando conceitos.

No 1º Encarte trazemos o conceito e características da EAD, tentando delimitar a diferença entre educação à distância; educação online o ensino remoto.

Sabem a diferença? Então vamos ver:

- Educação à distância



Pesquisadores como Belloni (2012), Silva (2012), Santos (2014), dentre outros da área, conceituam a EAD como uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem sem limitação de espaço e tempo. Os sujeitos da aprendizagem interagem através do aparato tecnológico requerendo disciplina e autonomia por parte dos estudantes e mediação pedagógica por parte dos professores. Caracteriza-se, portanto, como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação- TIC, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Em consonância com esta abordagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, apresenta a educação à distância como um processo educativo que acontece com alunos e professores separados espacial e/ou temporalmente. O Decreto Presidencial nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 da LDB 9394, sobre a educação à distância traz o seguinte texto: des educativas em lugares ou tempos diversos.



Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, Lei 9394, 2005, p.31).

Vejamos quais artigos da Lei de Diretrizes e Bases Nacional Lei 9394/96, abordam esta modalidade:

Art. 32. § 4º O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Art. 47. § 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.





1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.



§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

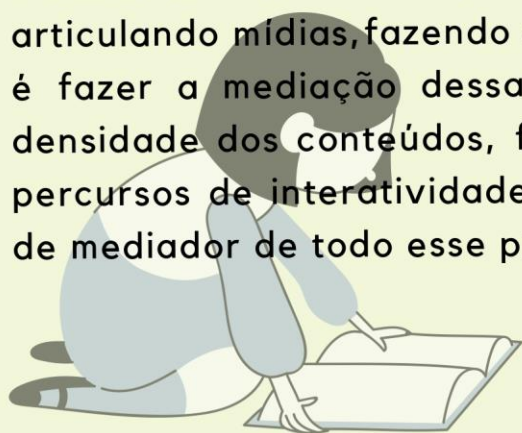




1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

E a Educação online? É o mesmo que EAD?

Edméa Santos (2014), pesquisadora da temática, conceitua educação online como fenômeno da cibercultura. Para a referida autora, a vivência de EAD convencional, mediada pelos meios de massa, a exemplo dos impressos, ou os próprios audiovisuais, a participação autoral do professor é resumida, e vincula-se à elaboração do material didático, então, muitas vezes, o professor produz o desenho didático de uma situação de aprendizagem, produz o conteúdo, mas não interage com os estudantes, pois é o conteúdo que vai fazer a mediação entre o saber científico, a instituição e o estudante, ou seja, é uma lógica de comunicação centrada no autoestudo, sem interatividade. Isso muda com a internet, e a Cibercultura, a gente não só lança mão do autoestudo, mas sobretudo da aprendizagem colaborativa e em rede, o que altera todo o processo de ensino e aprendizagem via interfaces tecnológicas. Segundo Santos, (2014), a educação online, o professor além de produzir o conteúdo, articulando mídias, fazendo convergências, ele tem o papel fundamental que é fazer a mediação dessa comunidade de aprendizagem, garantindo a densidade dos conteúdos, fazendo novas provocações, arquitetando novos percursos de interatividade, implica em afirmar o papel do professor como de mediador de todo esse processo de ensinar e de aprender.





1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Neste sentido, a autora defende, que a educação online, não é uma evolução da EAD, e sim uma emergência da cibercultura que, por sua vez, tem como princípio educacional a utilização de hipertextos e a interatividade liberando o pólo emissão, abrindo espaço para o diálogo e a participação colaborativa entre estudantes e professores. Outrossim, os participantes, além do aprendizado direto com o conteúdo, são veiculados na interação com as diferentes interfaces comunicacionais, com mobilidade, autoria e interlocução com os outros sujeitos, quer seja de forma síncrona (todos ao mesmo tempo) chats, videoconferências; web-conferência etc; e assíncrona (cada um a seu tempo), como os Fóruns, questionários, produção de Wiki, dentre outros.

Para muitos autores, co conceito de educação on-line e a quinta geração de EAD, são os mesmos.

E o ensino remoto, como entra neste cenário?

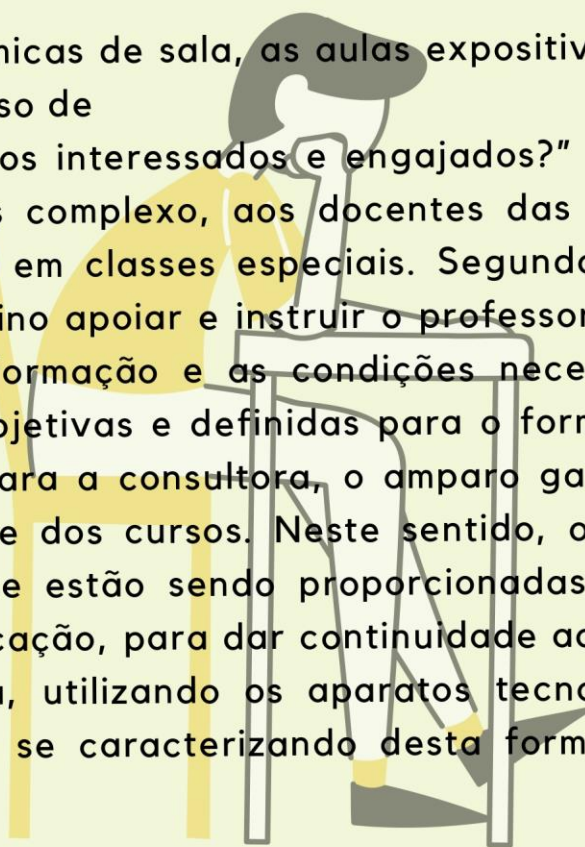
O ensino remoto, é um conceito novo, originado e praticado atualmente em situação de pandemia e assemelha-se a EAD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. "Mas os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial", afirma Renata Costa (2020), professora de tecnologia do centro universitário Brazcubas. Para a referida professora, o maior desafio desse "ensino remoto de emergência" recai sobre os educadores.





1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Como adaptar os conteúdos, as dinâmicas de sala, as aulas expositivas e as avaliações – sem prejudicar o processo de aprendizagem? Como manter os alunos interessados e engajados?” Reflete que o desafio é ainda maior e mais complexo, aos docentes das classes iniciais, que atuam com crianças ou em classes especiais. Segundo Costa (2020), é papel da instituição de ensino apoiar e instruir o professor, sobre esta nova realidade, fornecendo a formação e as condições necessárias. “Espera-se apoio técnico e regras objetivas e definidas para o formato do modelo remoto de aula”, comenta. Para a consultora, o amparo garante a confiança do docente e continuidade dos cursos. Neste sentido, o ensino remoto, são todas as atividades que estão sendo proporcionadas com a utilização das tecnologias da comunicação, para dar continuidade ao ensino presencial, em tempos de pandemia, utilizando os aparatos tecnológicos disponíveis em cada realidade, não se caracterizando desta forma como EAD.



Contribuímos para o melhor entendimento destes conceitos?

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Decreto 5.622/2005-Brasília: MEC, 2005.

COSTA, Renata. Os desafios da educação. In: <https://desafiosdaeducacao.grupo.com.br/coronavirus-ensino-remoto/> Acesso em 15 de maio de 2020.

SANTOS, Edméa. Pesquisa--formação na cibercultura. Santo Tirso, Portugal: Whitebooks, 2014.

SANTOS, Edméa. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. IN: SILVA, Marco; PESCE, Lucília; ZUIN, Antônio (Orgs). Educação online: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

SILVA, Marco (Org.) Formação de professores para a Docência online. São Paulo: Editora Loyola, 2012.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



1º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EAD: DELIMITANDO CONCEITOS.

Contribuímos para o melhor entendimento destes conceitos?

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Decreto 5.622/2005-Brasília: MEC, 2005.

COSTA, Renata. Os desafios da educação. In: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto/> Acesso em 15 de maio de 2020.

SANTOS, Edméa. Pesquisa--formação na cibercultura. Santo Tirso, Portugal: Whitebooks, 2014.

SANTOS, Edméa. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. IN: SILVA, Marco; PESCE, Lucília; ZUIN, Antônio (Orgs). Educação online: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

SILVA, Marco (Org.) Formação de professores para a Docência online. São Paulo: Editora Loyola, 2012.



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Texto: Ana Cristina de Mendonça Santos
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

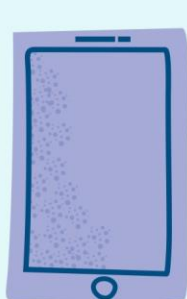
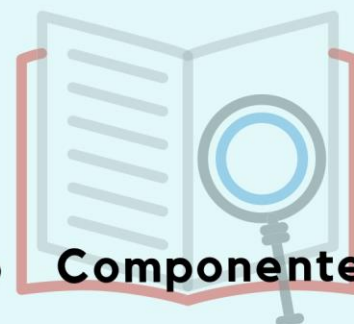
#FicaEmCasaUnebCampusXI



2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

2º Encarte pedagógico do GETEL

Oferta semipresencial da graduação Componentes diversos.



Muito bem, entendendo a diferença entre as conceituações de EAD, vamos agora, ao 2º Encarte, no qual iremos dialogar sobre a experiência de EAD, que temos aqui na UNEB Campus XI. Trata-se da Oferta semipresencial da graduação Componentes diversos.

A oferta semipresencial é organizada no Brasil, a partir da Portaria do Ministério da Educação - MEC N° 4059 de 10 de dezembro de 2004 que trata especificamente sobre esta experiência, e tem muita importância para a desburocratização do uso da EAD no país, pois ela regulamenta e simplifica a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária dos cursos de graduação reconhecidos. A lei orienta sobre a aplicação do percentual máximo de atividade não presencial e caracteriza a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota para mediação do processo de ensino e aprendizagem:





2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota (Brasil, 2004).



A portaria 4059 em seu artigo 1º determina que apenas curso superior reconhecido possa ofertar disciplinas no modo semipresencial, e apenas em até 20% da carga horária total prevista para todo o programa de curso, determinando também que os exames de avaliação do aluno devam ser realizados presencialmente. Isso implica que, embora algumas atividades à distância ainda possam ser utilizadas como parte da avaliação do aluno, a avaliação principal da disciplina deve ser realizada no modo presencial. No seu Artigo 2º exige que, nas disciplinas em que sejam desenvolvidas atividades semipresenciais, seja feito o uso de métodos e práticas de ensino aprendizado baseados em tecnologias da informação e comunicação, o que reforça, na prática, o uso de computadores conectados à Internet. Para cumprir este artigo são utilizados pelos sistemas de ensino, os sistemas de gerenciamento de cursos com uso de software livre, como o Teleduc, Aulanet e Moodle, dentre outras tecnologias proprietárias.





2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

A UNEB implantou em 2010, utilizando como espaço de aprendizagem a Plataforma Moodle, a oferta semipresencial na graduação com até 20% (vinte por cento) da carga horária dos cursos presenciais na modalidade à distância, uma experiência de ensino híbrido com desenhos metodológicos diferenciados, coerentes com a especificidade do componente curricular e do formato de gestão da oferta, diversificando o desenvolvimento curricular e ampliando as possibilidades formativas da graduação. A oferta semipresencial se regulamenta pela legislação vigente, em suas diversas instâncias: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/1996 em seu art. 81; Portaria do MEC Brasil nº 1134, de 2016 e nas Resoluções do Conselho Superior de Pesquisa Ensino e Pesquisa- CONSEPE Nº 1.508/2012, que foi substituída pela 1.820/2015.



A Resolução 1820/2015 define as seguintes condições básicas para adesão ao Projeto: a) aprovação da proposta nos Colegiados de curso/Departamentos, b) indicação de docentes com o perfil definido com experiências com uso das TIC ou EAD, e c) garantia da infraestrutura física, tecnológica e humana de suporte às atividades presenciais e à distância. A oferta semipresencial é administrada pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), uma estrutura criada pela Resolução 1051/2014 do CONSU/UNEB, que reflete na sua constituição as características e necessidades da UNEB, criando um modelo capaz de gerenciar uma proposta de EAD para uma universidade multicampi (24 campi) em todas as regiões do Estado da Bahia. (Pinheiro e et al 2015).





2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

Um dos aspectos singulares da proposta, em curso, é o fortalecimento da autoria e autonomia docente na organização do ambiente virtual, pois apesar de receber orientações e um modelo mínimo de desenho do AVA, cada docente projeta sua própria sala virtual, podendo pensar ferramentas e estratégias de interatividade em consonância com suas vivências e necessidade/ realidade de cada Campi. Além disso, o formato não prevê o uso de tutores, cabendo ao docente realizar todas as atividades inerentes ao processo educativo EAD: elaboração do AVA; planejamento da prática educativa, envolvendo elaboração dos materiais didáticos (textos e videoaulas); e acompanhamento e avaliação aos estudantes. Este formato representa um desafio aos docentes e um avanço na modalidade EAD, pois se de um lado corrobora com um modelo de EAD dinâmico e participativo, na qual a autonomia e autoria dos docentes permitem práticas diferenciadas e contextualizadas, por outro requer do docente mais tempo de planejamento e acompanhamento ao AVA.

Vale ressaltar, que foram adotados para esta oferta, dois formatos diferenciados: a oferta do componente curricular LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais; e outro, para os demais componentes curriculares.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

Em ambos os formatos, são identificados o respeito às especificidades da UNEB, enquanto instituição multicampi e seu compromisso social, e para tanto, a implantação da oferta ocorreu em parceria com os Departamentos e Colegiados em um processo constituído através de diálogos e adesão voluntária. Neste texto, abordamos exclusivamente a Oferta semipresencial componentes diversos.

Cabe a cada Departamento por meio dos Colegiados, definirem sobre a participação na Oferta semipresencial. A partir da adesão, a coordenação do Colegiado torna-se responsável pela definição dos componentes curriculares, indicação dos docentes e acompanhamento à prática de EAD realizada. O acompanhamento do desenvolvimento das atividades ocorre pelos seguintes meios:

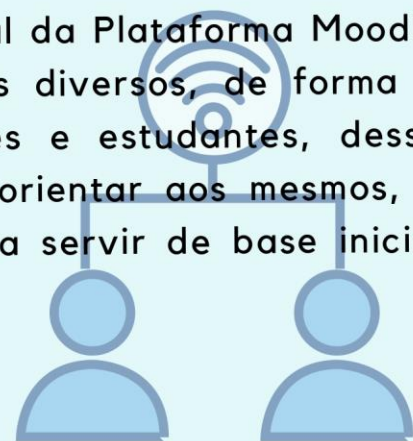
- Reuniões sistemáticas com os docentes para planejamento, acompanhamento e avaliação;
- Formação e orientação às Coordenações de Colegiado para, em um fluxo contínuo, acompanharem e gestarem esta oferta em cada curso específico;
- Acompanhamento contínuo do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, estruturado e gestado na UNEAD, na plataforma moodle. Escuta ao corpo discente em livres manifestações no AVA e em questionário específico disponibilizado neste mesmo espaço, ao fim de cada semestre;
- Nas avaliações desenvolvidas com os docentes, estes revelam como principal dificuldade para o desenvolvimento de atividades à distância (inclusive as que têm mediação tecnológica) a resistência da comunidade universitária em geral e em especial a postura dos discentes; a qualidade da rede de internet na universidade; e falta de acesso à internet por número significativo de estudantes.





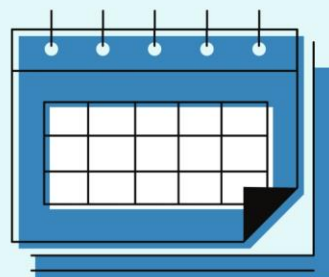
2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

A UNEAD organizou o desenho do ambiente virtual da Plataforma Moodle utilizado pela Oferta semipresencial componentes diversos, de forma a garantir a autonomia tecnológica dos professores e estudantes, dessa forma, disponibilizou um Tutorial de acesso para orientar aos mesmos, e também organizou um Modelo Básico de AVA para servir de base inicial para o planejamento do docente.



Abaixo vamos detalhar este Modelo.

A página inicial do AVA da Oferta semipresencial contém: o nome da disciplina; imagem; texto inicial de boas-vindas, e diversos Blocos contendo: Bloco Nossa Disciplina composto de espaço para anexar o Plano de ensino; Orientações pedagógicas; Cronograma; Tutorial Ava semipresencial; Bloco de Informações contendo o Fórum de notícias e aviso; Bloco para Espaço de interação no qual encontramos o Fórum de apresentação, Fórum de questões acadêmico- pedagógicas e Bate papo aberto; Blocos I, II e III, onde o professor organiza a prática educativa, definindo o período, conteúdos, textos, vídeos e ferramentas que serão utilizadas em cada unidade e por fim, a Midiateca, onde serão anexados os textos, vídeos, slides etc.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

Cada Bloco tem objetivo e organização própria, o Bloco Nossa Disciplina apresenta os documentos norteadores da ação educativa, orientando o trabalho docente e o processo de aprendizagem dos estudantes. Cada docente elabora e posta seus documentos orientadores da prática, respeitando suas concepções e a realidade de cada turma.

O Bloco de Informações contém o Fórum de notícias e aviso, onde o docente pode enviar aos estudantes avisos sobre o andamento da disciplina, lembrete ou divulgação de eventos. É um espaço no qual apenas o docente pode postar avisos. O Bloco para Espaço de interação se constitui em um espaço para interação entre os participantes, incluído aqui um espaço para apresentação dos participantes no Fórum de apresentação; espaço para dúvidas pedagógicas dos estudantes, no qual os estudantes podem tirar suas dúvidas e propor questões para debates e sugestões. Neste espaço, todos podem intervir e atuar como mediadores; e o bate papo aberto, onde as conversas informais podem ocorrer; Os Blocos I, II e III, são os espaços de interação conceitual, onde os conteúdos, debates e atividades de cada componente curricular serão organizados e debatidos entre o professor e os estudantes. Este espaço é totalmente definido pelo docente que pode dialogar com os estudantes no processo de definição. A única exigência é que ocorram três Blocos, pois segue a mesma organização das Disciplinas presenciais da UNEB, na qual o professor precisa dividir sua prática de forma a ocorrerem três avaliações.





2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

A experiência vem demonstrando, que sistemas híbridos são cada vez mais presentes no cenário educacional atual, o que demanda políticas e ações complementares à qualificação desta oferta, pois conforme Moran (2008), cada vez mais os cursos presenciais se transformarão em semipresenciais. A modalidade semipresencial constitui, no panorama universitário, uma alternativa eficaz por contemplar, entre outras razões, situações de distância geográfica dos estudantes em relação à sede universitária, possibilitar a trabalhadores estudantes maior flexibilização e gestão do tempo.



Na atualidade, em tempos de pandemia, a modalidade EAD vem sendo requerida como alternativa para continuidade dos estudos, e, para que sua implementação venha a contribuir para a qualificação do ensino superior, precisa estar comprometida com uma cultura de EAD voltada para a qualidade do ensino e aprendizagem, e, para tanto, investimentos na formação docente; implementação de laboratórios de informática; e instalações e manutenção de redes de acesso a internet, precisam ser alvos de Políticas Públicas e Projetos de Governos.



DEDC - CAMPUS XI
Departamento de
Educação

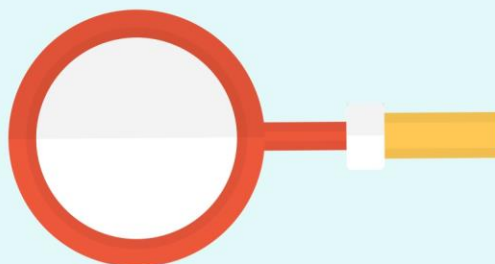


UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

2º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - OFERTA SEMIPRESENCIAL DA GRADUAÇÃO COMPONENTES DIVERSOS

ENTÃO...alguma dúvida sobre a Oferta semipresencial componentes diversos da UNEB?



REFERENCIAIS UTILIZADAS

* Este texto é um recorte do texto: SANTOS, Ana Cristina de Mendonça Santos. A oferta semipresencial da graduação: histórico, concepções e contribuições para o cenário da Educação à Distância na UNEB. IN: Ciclo de políticas públicas: sistematização de experiências. CAMPOS, Fátima Hanaque; Carneiro, José Antônio (Orgs) Curitiba: CRV, 2019.

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Texto: Ana Cristina de Mendonça Santos
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



3º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Por Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso



VAMOS CONVERSAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

São tantos termos, palavras povoando o léxico e o campo semântico dos discursos sobre educação inclusiva, que muitas vezes, provoca confusões, inseguranças, principalmente para as pessoas que caminham nos territórios da educação.

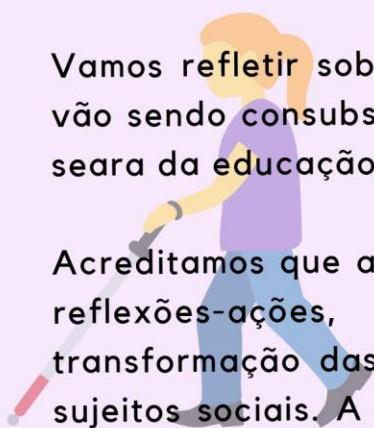
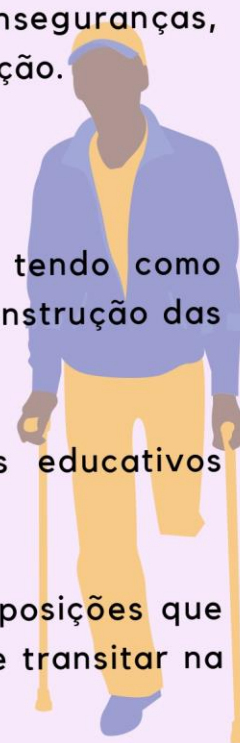
Pois bem!

Vamos tecer algumas ideias, nos próximos encartes pedagógicos, tendo como intuito fornecer subsídios teóricos para alimentar o debate sobre a construção das escolas, Universidades e espaços educativos inclusivos!

Será possível, de fato, termos escolas, universidades e espaços educativos inclusivos?

Vamos refletir sobre ideias, posições, contradições, polêmicas e proposições que vão sendo consubstanciadas, sobre os desafios, impactos, avanços de transitar na seara da educação que desejamos ser inclusiva!

Acreditamos que a educação é essencial como ação que promove diálogos plurais, reflexões-ações, pensamentos, atos, no sentido de produzir, provocar transformação das pessoas e por conseguinte, dos locais onde estão imersos os sujeitos sociais. A educação nos convida à produção de conhecimentos e geração da chamada inteligência coletiva.





EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Com tal sentido, a Educação Inclusiva desponta como desafio para equipes de profissionais, educadores, gestores, funcionários, pais e discentes na tarefa de fazer, de fato e direito acontecer a inclusão de todos e todas na Escola acolhedora e que promove a aprendizagem coletiva.



Para dialogar, um pouco mais sobre essa educação que precisa ser aberta à diversidade, se configurando como dialogante e acolhedora para todas as pessoas, sem distinções, sem formação de segmentações ou condutas excludentes, convidamos você a dialogar conosco e com as ideias de Vygotsky. Para tanto, traremos alguns recortes significativos sobre as contribuições vastas do célebre teórico para o campo da Educação Especial Inclusiva.



CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA



Num contínuo de diálogos inter-relacionais, críticos com os estudos edificados por Lev Semionovich Vygotsky, inferimos possibilidades inspiradoras para edificação de práticas inclusivas, tomando como referência os postulados edificados por Vygotsky (1983, 1984 e 1989, 2011), nos estudos constituídos na perspectiva da Defectologia* e no Sócio interacionismo, pois tais arcabouços teóricos possibilitam um (inter)diálogo e norteiam as discussões quanto ao processo de inclusão escolar das pessoas com algum tipo de deficiência e/ou NEE – Necessidades Educacionais Especiais, nos postulados em que, o renomado psicólogo e pesquisador russo, anuncia e defende os ideais de uma Pedagogia das Potencialidades.

Disponívelem:

<https://assessoriaacademicasorocaba.blogspot.com/2017/08/simulado-com-10-questoes-sobre-vygotsky.html>

Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

NOTA:

Vygotsky denominou de Defectologia os estudos sobre a questão da deficiência desenvolvendo trabalhos de pesquisa na área da surdez, cegueira, esquizofrenia, dificuldades intelectuais. O nome, cunhado pelo pesquisador, refere-se a um corpo teórico, a uma teoria que defende o princípio da aprendizagem para todas as pessoas, não importando o tipo ou grau da deficiência, que não se converte em menos valia, mas sim em força motriz mobilizadora das estruturas cognitivas, afetivas, sociais e culturais em busca da aprendizagem e do consequente desenvolvimento do ser humano.



PEDAGOGIA DAS POTENCIALIDADES?

Entendemos a chamada Pedagogia das potencialidades como sendo uma Pedagogia especial, construída e embasada pela Defectologia e pelo Sócio interacionismo de Vygotsky, alicerçando-se as ideias da mediação pedagógica como força motriz, desencadeadora das habilidades dos sujeitos, desenvolvendo-se as chamadas zonas de desenvolvimento proximal e potencial (ou seja, todas as capacidades que o sujeito tem de reservas, adormecidas, e precisam ser potencializadas, desenvolvidas) através das experiências e das interações humanas, sociais e culturais.

Neste aspecto, Vygotsky pontuava que, não importava o "defeito" que a pessoa possuía. Mas sim as enormes potencialidades que lhe caracterizavam para superar as dificuldades orgânicas/biológicas, sociais e afetivas, impostas pela deficiência. Tendo para isso, a Pedagogia um papel essencial, como um coletivo de ajudas mediativas, sistematizadas e capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento do ser.



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?



A Defectologia edificada pelo eminente psicólogo postulava que: “[..] a criança cujo desenvolvimento se vê complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas uma criança que se desenvolveu de outro modo” (VYGOTSKY, 1989, p.30). Ou seja, para os estudos edificados por Vygotsky, não importa o grau e ou a profundidade de afetação nas funções biológicas do sujeito. A criança terá sempre o potencial para aprender e para desenvolver-se. Resta ao educador, aos pais, encontrar as potencialidades inerentes a cada ser e partir dela, traçar rotas, caminhos de ensino aprendizagens condizentes com a realidade de cada ser.

Ainda conceituando Defectologia como Ciência dos defeitos do homem, vamos encontrar subsídios nos trabalhos de Oliveira (2011) quando afirma sobre o percurso de estudos de Vygotsky no âmbito inicial, do que seriam as investigações na área da Educação especial. Deste modo, ancoramos nossas reflexões teóricas no campo da Defectologia, por encontrar nesta, subsídios amplos para discutir a condição da deficiência, não apenas com o olhar limitante, médico e ortopédico, como se processou durante muitos anos, de modo hegemônico nos trabalhos, estudos e pesquisas acadêmicas.

A compreensão da perspectiva dos estudos em Defectologia nos permite um alargamento das possibilidades de percepção sobre a deficiência, convergindo para a importância das esferas sócio e cultural como elementos importantes para nortear os debates e estudos científicos sobre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Os estudos de Vygotsky, no escopo da Defectologia, se configuram como corpo teórico fértil para ancorarmos nossas ponderações quanto a inclusão das pessoas com deficiência e/ou com NEE deferindo a estas um olhar multirreferencial, no sentido da assunção/aceitação do fenômeno das identidades e culturas que se edificam entre os povos. Segundo ainda os postulados anunciados pela Defectologia de Vygotsky há a necessidade de compreensão dos sujeitos que possuem alguma deficiência não apenas como "diferentes" dos demais seres humanos, mas como seres singulares, diversos porque somos todos dotados de semelhanças e diferenças, de limitações e possibilidades.



Em sua pesquisa Vygotsky percebeu que a sociedade na época não buscava meios para incluir pessoas defeituosas, as quais ele também chamou de pessoas com defeito ou anormais. Lembramos que o uso feito por Vygotsky de expressões como: pessoas defeituosas, ou com defeitos ou anormais se contextualizam ao momento histórico em que viveu, edificou seus estudos e postulados teóricos. Logo, são expressões que destoam daquelas usuais, pejorativas, nos cenários dos dias contemporâneos.

Seguindo a lógica das pesquisas edificadas no campo da Defectologia, percebe-se que para que haja avanços no desenvolvimento da pessoa com deficiências, a educação assume primordial papel sendo considerada força motriz que estimula as estruturas intactas da pessoa, mobilizando forças e constituições de novos arranjos, novas formas de interagir e agir na construção das aprendizagens.



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

POSTULADO DA COMPENSAÇÃO DO DEFEITO!

Para Vygotsky, haveria assim uma espécie de compensação do defeito. Ou seja, o próprio organismo humano, mobilizado pelas forças sociais, psicológicas e culturais seria reorganizado e passaria a operar novas formas de interação com o mundo e com os pares. Os estudos Vigotskianos, embora edificados em outros contextos e tempos pretéritos tornam-se contemporâneos e nos inspiram a refletir sobre a evidência do papel social da escola, nos possibilitando uma leitura social da educação como uma construção de perspectiva inclusiva, ou seja, uma sociedade que aprenda com a diversidade humana.

Segundo a Defectologia e o sócio interacionismo as aprendizagens humanas se processam por meio das interações sociais, das partilhas e das construções solidárias, havendo, pois, a mediação como sendo uma força que opera e faz fluir o aprendizado.

Nas teorias de Vygotsky, os pressupostos da mediação e da linguagem se constituem em dois campos considerados essenciais para o desenvolvimento humano, sobretudo quando o sujeito é acometido por "um defeito". Segundo o psicólogo russo, a condição do defeito não deve limitar a ação educativa pela metade.

Ao contrário disso, quanto mais cedo a criança for atendida por um programa de atenção especializada (ao que chamou de ATENÇÃO TEMPRANA) quanto mais ricas e intensas forem as experiências e os estímulos que a criança com deficiência receba do meio social como um todo (escola, família, grupos sociais), mais chances terá de aprender e de se desenvolver.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Para nortear as discussões contemporâneas quanto a educação especial e atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, torna-se coerente dialogar também com a corrente teórica conhecida como Sócio interacionismo de base Vygotskiana.

O POSTULADO DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA:

Para que o sujeito possa desenvolver habilidades e capacidades através das aprendizagens torna-se necessária a mediação, porque para Vygotsky o desenvolvimento do sujeito se dá a partir de constantes interações mediadas pelo outro e o meio em que está inserido. Rego (1996, p. 61) diz que "[...] quando internalizados esses processos começam a ocorrer sem a intermediação de outras pessoas".



Sobre a mediação como força/ação para o aprendizado das pessoas, em Vygotsky, este conceito se concretiza como força motriz favorecedora das aprendizagens humanas, além é claro, da farta contribuição teórica quanto à formação da linguagem e do ser humano como um ser plural, constituído harmonicamente pelas esferas psico-sócio-biológico e cultural.

Sendo que a posição de Vygotsky, tanto nos estudos de Defectologia quanto no Sócio interacionismo, fertilizam o campo do estudo sobre a possibilidade de mediação, ampliando os olhares dos educadores e pesquisadores, através da formulação dos conceitos de Zonas de Desenvolvimento, tanto da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), como da zona de desenvolvimento real (ZDR), o que nos favorece a tecer discussões, no campo das tecnologias educacionais e Tec-



EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

nologia Assistiva sobretudo, no âmbito das tecnologias voltadas para fomentar a aprendizagem, através do uso dos recursos de ensino-aprendizagem que podem ser construídos, apropriados pelos sujeitos no processo de educação de pessoas com algum tipo de deficiência e/ou NEE.

No próximo encarte, falaremos sobre Tecnologia Assistiva e Educação Especial Inclusiva!

Nota: Este texto foi produzido tendo como referência os escritos da Tese de Doutorado - Cardoso, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho, Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas públicas inclusivas na cidade de Serrinha, Brasil, 2017. / Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso. – Asunción. 420 f, 2018.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Marta Kohl, MARQUES, Priscila Nascimento, SALES, Denise (tradução oficial). A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

REGO, Teresa Cristina. VYGOTSKY. Uma perspectiva Histórico-cultural da educação. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, 138 p. VYGOTSKY. Defektologia i ucenie o razvitii i vospitanii nenormal'nogo rebenka [Psicologia do portador de deficiência, teoria do desenvolvimento e educação da criança portadora de deficiência]. In: VLASOVA, T. A. (Ed.). Vygotsky: sobranie socinenii; osnovy defektologii, v. 5 [Obras completas: os princípios fundamentais da educação especial]. Moscou: Pedagogika, 1983a. pp. 166-73, 2003.





EDUCAÇÃO ESPECIAL? EDUCAÇÃO INCLUSIVA? PESSOAS COM NEE? PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

VYGOTSKY, Lev Semiónovich. Obras Completas: fundamentos da defectologia. Tomo V. Tradução de Maria del Carmen Ponce Fernández. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989, p. 74-87.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizaje y desarrollo intelectual en la edad escolar. Infancia y Aprendizaje, Madrid, n. 27/28, p.105-116, 1984.

VYGOTSKY, L.Semionovich.Obras completas, Tomo I, II, III, IV e V. Editorial Pueblo y educacion, La ciudad de Habana, Cuba 1ª reimpression, 1995.

VYGOTSKY, V.S. A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. [Tradução: Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques] Educação e Pesquisa, são Paulo, v. 37, n.4, p. 861-870, dez. 2011.



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Texto: Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI

4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Por Júlio César G. Santos



Em abril de 2020, no bairro da Liberdade, Salvador-Ba, a senhora Antônia (nome fictício) de aproximadamente 80 anos de idade, após ler uma mensagem no aplicativo Whatsapp que dizia que 'gargarejar ou beber líquidos bem quente mata o Coronavírus', resolve, deliberadamente, ingerir um chá de camomila praticamente fervendo. O resultado dessa atitude 'preventiva' foi queimadura parcial dos lábios, língua, e parte do seu sistema digestivo. O resultado foi 3 dias internada em um hospital da cidade e mais um tempo em recuperação em sua casa...

Infelizmente, esse é uma notícia real. A pessoa em questão, acreditando na veracidade da informação que recebeu, em forma de mensagens no aplicativo, cometeu esse ato, no intuito de se prevenir de um possível contágio viral eminente. A questão é: Sr.ª Antônia foi vítima de sua própria ignorância ou foi vítima da informação?

Ainda cabe perguntar: Informação é conhecimento?

Será que estamos, com o uso de dispositivos digitais cada vez mais complexos aliados a redes sociais conectando milhares à outras milhares de pessoas, com um fluxo cada vez maior de informações saltitando às telas, adquirindo mais conhecimento, absorvendo mais conteúdo?

Desde o início da quarentena, as redes sociais que veiculam mensagens instantâneas se tornaram, por conta do desconhecimento total do novo vírus e pelo descrédito da maior parte da população à mídia tradicional, uma ferramenta importante para a divulgação, compartilhamento de informações principalmente referentes a prevenção dessa nova doença: a covid-19.



4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA

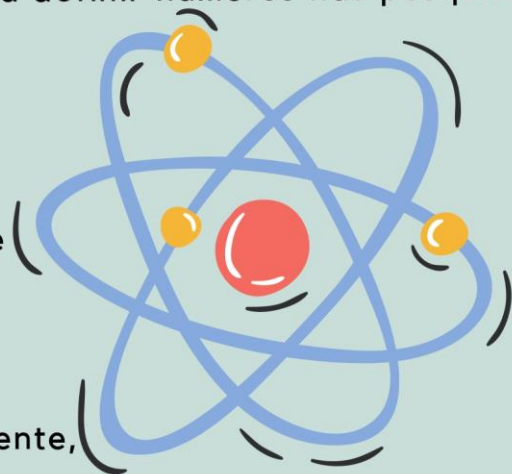
Entretanto, em meio ao novo e ao incipiente conhecimento sobre o assunto, as redes sociais se tornaram em um solo fértil para a disseminação de notícias falsas as quais inundaram os dispositivos móveis digitais.



E na prática, com uma disseminação maior e mais terrível que o próprio novo Coronavírus, quem não foi produtor de uma Fake News, por certo foi vítima dela!

A produção de notícias falsas não é um fenômeno 'novo'. A demanda criou até mesmo um filão de consumo que levou, conseqüentemente, a uma espécie de profissionalização e negócio: empresas especializadas em produzir conteúdo falsos. Não importam os motivos, que são vários: seja para aniquilar a reputação de uma pessoa, de um grupo, de uma empresa, para definir números nas pesquisas eleitorais, seja para disseminar ódio.

A produção das famigeradas Fake News vão se alastrando pelas redes sociais, sendo idealizadas por pessoas e acionadas também por 'robôs', o que potencializa a difusão das mensagens ou notícias falsas, gerando confusão e promovendo condutas variadas entre a população que vão do extremismo ao negacionismo dos fatos e mais contemporaneamente, uma crise sobre o que é científico ponde em xeque a própria Ciência.

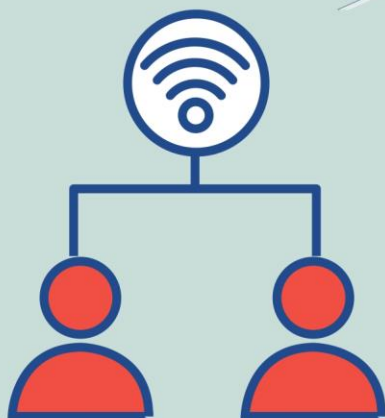
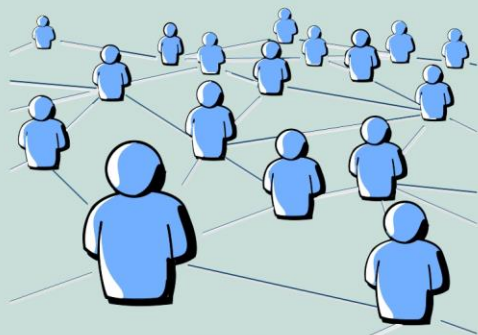


4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA



Mas e a produção de uma notícia falsa motivada apenas pelo prazer de vê-la disseminada?

De fato, as redes sociais dinamizam a nossa comunicação, estreitam laços, aproximam, conectam pessoas, compartilha informações seja de caráter pessoal ou profissional, reúnem pessoas motivadas por ligações de interesse comuns entre outros aspectos. A cultura e o conhecimento encontraram uma forma eficaz de escoamento, transmissão, compartilhamento e mixagem. Como acentua Zenha (2017) quando diz que:



As redes sociais online podem ser percebidas como espaço social favorável ao compartilhamento de informação e conhecimento, e podem também se configurar como espaços de ensino-aprendizagem, colaborando com a inovação pedagógica. Isso ocorre porque as redes sociais permitem aos usuários o acesso, a participação e a interação contínua das personagens na construção coletiva de novos saberes. A aprendizagem acontece no momento em que os usuários dos grupos se propõem a trocar e compartilhar informações a respeito de um assunto para realizar uma determinada finalidade discursiva que resulta em novos olhares e novas posturas. (p. 39-40).



4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Entretanto, apesar de todas as benesses proporcionadas pelas plataformas digitais sociais, veio também, a reboque, a produção de opiniões em larga escala motivada. De um lado, pela busca frenética e incessante da produção narcísica de capital social para si mesmo e por outro, pela simples vontade de trazer prejuízo aos seus interlocutores. Nesse segundo ponto, para que tenha êxito na 'produção de mal ao outro', é necessário contar com duas condições: primeiro a atenção e segundo a ignorância[1].

Zenha (2017) utiliza o binômio informação e conhecimento.

Entretanto, no âmbito das redes sociais é necessário separar esses dois conceitos: se de um lado, o conhecimento exige e/ou sugere, dentre outros tantos, um maior esforço, profundidade, estudo, dedicação, análise, critério, métodos entre outras ações, por outro lado, a informação, numa concepção mais atual, apenas pretende mostrar, ilustrar dentro do parâmetro do imediatismo. O produtor de uma notícia falsa, portanto, consegue a atenção de alguém sempre ao trazer uma discussão, em forma de manchete, de um tema premente de interesse coletivo e conta com a o desconhecimento (ignorância) sobre aquele tema e a certeza de que o indivíduo não irá buscar maiores informações sobre essa mesma manchete.



[1] A palavra 'Ignorância' utilizada no texto, se baseia na sua etimologia derivada do latim 'IGNORANTIA' e da correlata 'IGNORARE' verificada dessa maneira: o prefixo 'IN = não' e 'GNARUS' = sabedor (Fonte: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/ignorancia/>). Assim, no texto a expressão 'Ignorância' tem como significado: aquele que não sabe, que desconhece.

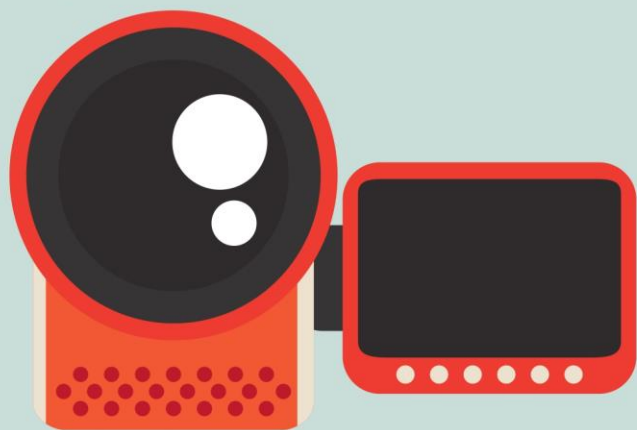


4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA

É a ignorância do antes e do depois. Estamos hoje, com as redes sociais, muito informados e com pouco conhecimento sobre as coisas. Ao absorver uma informação e passarmos adiante, sem mesmo ter checado a procedência, nos tornamos tão ignorantes, quanto antes de recebê-la.

Então, talvez seja possível afirmar que somos como nossos algozes virtuais, pois assim como aquele que cria uma Fake News só por diversão e para conquistar sua notoriedade anônima e esvaziada, quem as recebe, e não se aprofunda na busca pela verdade da informação e as repassa, ainda que inconscientemente, também quer sua 'notoriedade' tímida ao ser o primeiro a informar o outro. Transmitir conhecimento é algo valoroso e de extrema responsabilidade, seja numa sala de aula, numa conversa no boteco, numa rede social. Tomemos cuidado portanto, para que de vítimas não venhamos a nos tornar algozes.

Então, cuidado com a verdade! E mais cuidado ainda, com a pós-verdade!





4º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - REDES SOCIAIS: A INFORMAÇÃO COMO (DES)SERVIÇO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Receba...

REFERÊNCIAS

AIDAR, Flávia, ALVES, Januária Cristina, Como não ser enganado pelas fake news, Editora Moderna, 2019.

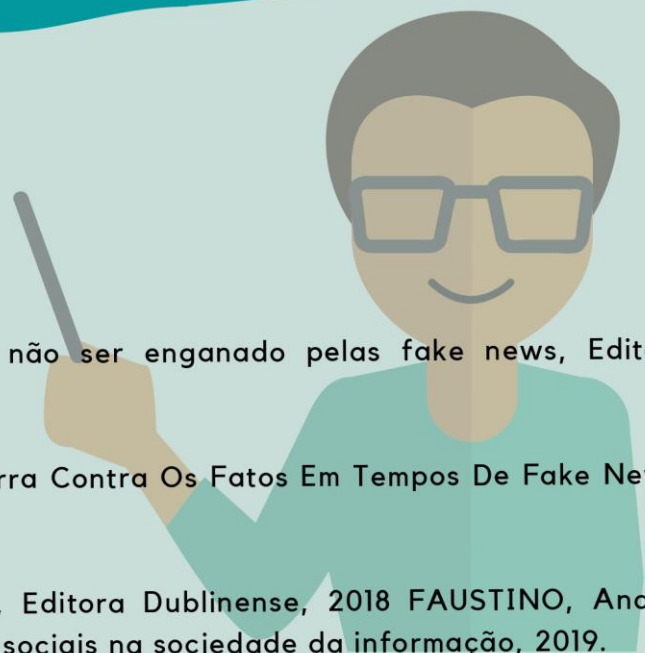
D'ANCONA, Matthew, Pós-Verdade: A Nova Guerra Contra Os Fatos Em Tempos De Fake News, Editora Faro editorial, 2018.

DUNKER, Christian, (et all), Ética e pós-verdade, Editora Dublinense, 2018 FAUSTINO, André, Fake News – A Liberdade de expressão nas redes sociais na sociedade da informação, 2019.

RECUERO, Raquel, Redes Sociais na Internet, Porto Alegre, Editora Sulina, (coleção Cibercultura), 2011.

SANTAELA, Lucia, Linguagens líquidas na era da mobilidade, São Paulo, Editora Paulus, 2007.

ZENHA, Luciana, Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?, In: <<<https://pdfs.semanticscholar.org/09a3/927d893a6bb768c99e4f2c27f75fa8ce9cbd.pdf>?_ga=2.192942059.734462036.1593660913754256405.1593660913>>,
Publicado em 2018, Pesquisado em: 08/04/2020.



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Texto: Júlio César G. Santos
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



5º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - A TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Por Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso, Márcia Raimunda de Jesus M. da Silva e Nélia de Mattos Monteiro



"Para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis".

RADABAUGH, 1993

Olá! Hoje vamos falar um pouco sobre Tecnologia Assistiva. O que é? Para que serve? Como usar?

Bem, creio que já tenha ouvido falar, ou até tenha visto em algum momento da sua vida, mesmo que não seja estudante, sobre dificuldades relatadas por pessoas ou vizinhos em algumas dessas situações. Por exemplo, alguém que usa ou usou bengala, aparelho auditivo, cadeira de rodas, um computador ou celular "diferente", pessoa que precisou apoiar-se em algo para que assim, e talvez somente desta forma, tenha conseguido firmar seus passos para dar início a um simples caminhar, ouvir a voz de alguém, ler um texto ou livro.

A TA-Tecnologia Assistiva, encontra-se presente em nosso cotidiano, mas nem sempre prestamos atenção à ela, conforme Manzini afirma:

"Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho da amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência física. (MANZINI, 2005, p. 82).



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



Pois bem, estas formas de utilizar equipamentos que atendam a uma necessidade, física, motora ou sensorial que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de uma pessoa, independentemente de idade, é o que denominamos de Tecnologia Assistiva. Então, podemos definir uma Tecnologia Assistiva (sim, sempre no singular!), como uma Tecnologia Educacional, embora esta não possa ser definida como uma Tecnologia Assistiva.

Compreendeu? Não? Então vamos lá... Faremos uma relação da citação na introdução deste encarte com o conceito de Tecnologia Assistiva.



A Tecnologia Assistiva não é uma palavra que se encontra incorporada no dicionário da nossa língua portuguesa, apesar da expansão da terminologia encontrar-se inserida em muitos cursos de formação, especialmente extensão e especializações. Ela tem seu comparativo com a palavra Ajudas Técnicas que se encontra em publicações oficiais do Ministério da Educação e Cultura. Sua concepção vem do verbo assistir, auxiliar, ajudar.

O conceito de Ajudas Técnicas, também conhecido como TA - Tecnologia Assistiva cunhado pelo Comitê de Ajudas Técnicas – CAT é amplo e engloba uma variedade de recursos, serviços, estratégias, conforme apresentado abaixo, através da Portaria N° 142, de 16 de novembro de 2006:



Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2006)

Então, compreendemos, a partir do exposto, que Tecnologia Assistiva, é um conceito amplo pois se configura como área de conhecimento, por isto, sua grafia é no singular, ela é interdisciplinar, perpassando diversas áreas de formação e modalidades de educação, indo da educação básica ao nível superior, independente dos conteúdos disciplinares estudados e, muitas vezes ao longo da vida. Claro que a TA também pode ser usada fora do contexto educacional, sendo importante destacar que as ferramentas de reabilitação não se configuram como Tecnologia Assistiva, pois servem como dispositivos de trabalho, como por exemplo, as ferramentas utilizadas no trabalho do fisioterapeuta.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI

Novamente, Manzini (2005), citando Lauand (2005, p. 30) afirma:



[...] No sentido amplo, o objetivo da tecnologia assistiva é uma ampla variedade de recursos destinados a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado, etc) à pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes podem ser, por exemplo, uma cadeira de rodas [...], uma prótese, uma órtese, e uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho, elementos arquitetônicos e outras). (Manzini apud LAUAND, 2005, p. 82)

Creemos que agora vocês conseguiram internalizar esses conceitos e fizeram relações com cenas imagéticas vivenciados no cotidiano, estabelecendo relações entre o que foi escrito e a situação de muitos usuários de bengalas, cadeiras de rodas, aparelhos eletrônicos auditivos, concluindo, portanto, que essas pessoas faziam uso de Tecnologia Assistiva.



Agora, vamos entender, para que serve a Tecnologia Assistiva? Será que de fato ela é útil? A partir do seu conceito e a sua capacidade de transitar por áreas diversas ela se configura como:

Produtos: qualquer produto especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, monitorar, aliviar ou neutralizar deficiências, limitações na atividade e restrições na participação.

Recursos: são itens adaptados, no todo ou em parte, (fazendo uma ressalva: novas discussões abordam que a palavra "adaptado" não deve se referir a qualquer recursos, posto que quando dizemos que algo foi "adaptado", conclui-se que se pode considerar desviante do que é "normal", reforçando a ideia de algo ser "normal" e a existência do "anormal").



Podendo ser dito que o recurso foi construído especificamente para uso para a pessoa com deficiência. Mas, deixaremos essas discussões mais para adiante, quando estiverem estabelecidas ou pelo menos chegado a um consenso. Aqui fazemos apenas uma sinalização de que novas questões estão nascendo). Tais recursos podem ser fabricados tanto em série quanto sob medida (trazendo a discussão mais para a frente, sobre o Desenho Universal), para deixar o produto sob especificação de acordo a necessidade do usuário, como bengalas, celulares, brinquedos, softwares, hardwares e milhares de outros itens.

Esses recursos podem ser simples como uma bengala, configurando-se dessa forma como Tecnologia de baixo custo, ou um complexo sistema computadorizado, sendo portanto, uma Tecnologia de alto curso, conforme falado no encarte anterior.

Serviços: aqueles que auxiliam diretamente na seleção, compra ou uso dos recursos. Envolve profissionais de diversas áreas como: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, educadores, enfermeiros, médicos, engenheiros, arquitetos, etc. Esses são prestados por profissionais e podem ser acompanhados por sua assistência, treinamento, por exemplo, quando da necessidade de uso de uma prótese, o usuário muitas vezes precisará do auxílio do profissional de fisioterapia para conseguir usá-la de maneira correta.

Metodologias: métodos desenvolvidos e/ou aplicados junto à pessoa com deficiência e objetivam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

Estratégias: "Desenvolvimento de tecnologia e de sistemas de serviços integrados que são direcionados às expectativas e necessidades do consumidor [...] capazes de remover barreiras sistêmicas e estruturais, considerando a si mesmo e sendo considerado como uma pessoa capaz" (BRASIL, 2009, p. 39). Então, por exemplo, o professor pode apenas alterar a posição do teclado para que o estudante possa ter melhorado seu acesso a este teclado. Modificar o posicionamento colocando a carteira do estudante próximo da janela para receber melhor projeção de luz, ou ao contrário, retirá-lo de perto da janela, para evitar distrair sua atenção da aula.

Práticas: ações que possibilitam a superação das dificuldades da pessoa com deficiência.





E com a continuidade dos estudos e pesquisas, novas proposições podem estar sendo construídas e destinadas não apenas a educação, mas, de maneira em geral a transformar a participação social do cidadão com mais qualidade, ao tempo em que melhora também sua qualidade de vida.

Ficou confuso? Bom, vamos contextualizar. Um indivíduo que tem obesidade e em virtude desse sobrepeso, apresenta dificuldade em caminhar, com a ajuda de um andador, uma bengala, uma muleta ou até mesmo uma cadeira de rodas será possível a este continuar sua trajetória, mesmo que com certa dificuldade, possibilitando que o mesmo se locomova por alguns espaços, transitando em ambientes externos a sua casa, espaço públicos dentre outros, elevando sua qualidade de vida.

Uma pessoa cega precisará de recursos para acessar o computador, tipo um software, que são os componentes periféricos, tipo um leitor de tela, que facilitará imensamente a interação do estudante ou do profissional para realização de seus estudos, pesquisas ou trabalho.



Esta máquina, se transforma em uma Tecnologia Assistiva, porque atende a uma necessidade do estudante, passando este a ter acesso ao conhecimento com possibilidades de construir sua aprendizagem, porque este computador se transformou em um recurso.

E, se for um estudante com dificuldade ou deficiência motora em sala de aula? Da mesma forma, poderá fazer uso de vários recursos, incluindo, computadores e outros objetos, bastando apenas realizar algumas modificações nos mesmos, conforme postulado abaixo, por Galvão Filho (2012):



[...] suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC "recheados" com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades. (GALVÃO FILHO, 2012, p. 25)

O autor ainda pontua que o professor pode fazer modificações diversas, mesmo artesanais ou construções de recursos simples, muitas vezes fará a diferença na vida do estudante, contribuindo para sua aprendizagem, definindo sua possibilidade de estudar



ou não, podendo alcançar o mesmo nível de aprendizagem dos demais colegas.

Assim, o computador, também poderá ter suas peças físicas ou hardware transformados ou acessíveis para serem utilizados por uma pessoa com deficiência física, com dificuldades motoras, que podem ser o uso de um teclado com colmeia, ou do mouse sanduiche, dentre outras alternativas, possibilitando desta forma a maneira do sujeito interagir com esta máquina e construir sua aprendizagem.



Da mesma forma, se este computador fosse utilizado por um estudante sem deficiência, ele seria configurado apenas como uma Tecnologia Educacional, não sendo, portanto, visto como uma Tecnologia Assistiva, pois não foi necessária nenhuma alteração para que este computador fosse usado por alguém sem deficiência.

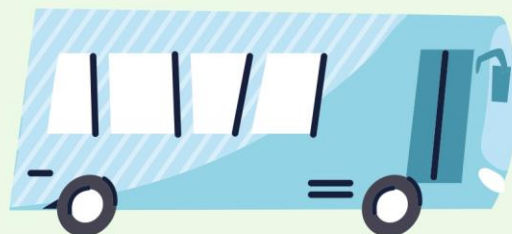
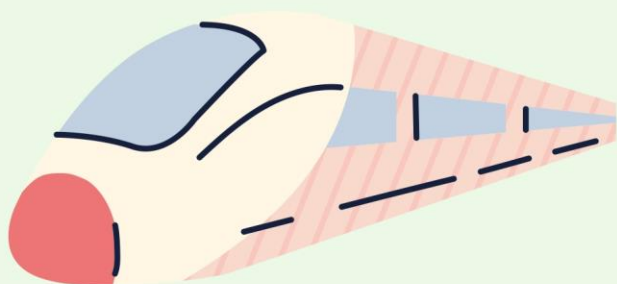
Daí se aplica a afirmação "Toda Tecnologia Assistiva é uma tecnologia educacional, mas nem toda tecnologia educacional é uma tecnologia assistiva"! Ou seja, para melhor compreensão, só é Tecnologia Assistiva, quando é usada por quem tem uma deficiência, uma necessidade educacional, ou uma necessidade específica que demanda uma alteração nas estruturas dessa Tecnologia.

Desta forma, compreendemos que a Tecnologia Assistiva, conforme a afirmação no início deste encarte, serve para tornar a vida da pessoa com deficiência possível, possibilitando o ir e vir, a mobilidade, a qualidade de vida, o acesso ao conhecimento e em muitos casos a interação educacional e social.

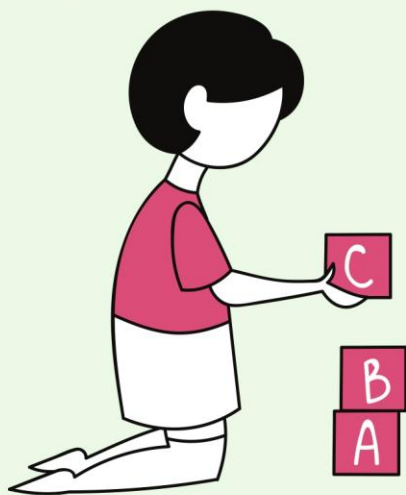
Assim, buscando concluir a nossa terceira pergunta como podemos usar a Tecnologia Assistiva? As pessoas com deficiência utilizam a TA de acordo com as seguintes categorias:

- Auxílio para a vida diária e vida prática: utilizando itens para auxiliar tarefas cotidianas, como o uso de uma colher adaptada para fazer refeições;
- Comunicação Alternativa ou Aumentativa: utilizando recursos que podem ser eletrônicos ou não para interagir com uma pessoa sem ou com limitações na fala ou na escrita, como uma tabela de símbolos (Bliss) ou DOSVOX;





- Recursos de Acessibilidade e Computador: utilizando uma impressora Braille para imprimir textos de interesse da pessoa cega ou que possua baixa visão, não funcional;
- Sistemas de Controle de Ambiente: utilizando o computador da sua casa para acionar ou desligar o sistema de segurança da sua empresa, alterando a temperatura do ambiente, acendendo lâmpadas e outros itens;
- Projetos Arquitetônicos para Acessibilidade: utilizando a rampa para acessar o passeio e locais com degraus e o elevador em locais com escadas;
- Órteses e Próteses: utilizando um gravador digital para lembrar dos seus compromissos importantes do dia;
- Adequação postural: utilizando um encosto anatômico para melhorar a postura ao sentar na cadeira de rodas;
- Auxílios de Mobilidade: utilizando andador para melhor locomoção;
- Auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal*: utilizando uma lupa para realizar leitura de modo mais confortável;
- Auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo: utilizando um aparelho auditivo em um ou nos ouvidos;
- Adaptações em veículos: utilizando elevador de cadeira de rodas para subir em um ônibus.



*Atualmente baixa visão.





Em cada uma das categorias acima, descrevemos apenas uma das inúmeras possibilidades de uso. Revelam como a TA é usual e pode dispensar mirabolantes tecnologias. Mas, não podemos esquecer que a TA deve atender às necessidades das pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida.

E, concluindo, será que você não está convencido da importância da TA? Deixaremos aqui um link com histórias de como foi possível dar significado a vida de pessoas a partir do uso da Tecnologia Assistiva. Um dos casos, bastante divulgados na mídia e que fizeram a diferença na vida de seus usuários.

A história de Luciana, uma estudante de graduação do Rio de Janeiro, à época com 19 anos, atingida por uma bala perdida, que a deixou tetraplégica, ficando um ano e nove meses internada. Visitada pelo professor José Antônio Borges procurou ajuda-la, desenvolvendo um software para pessoas com dificuldades de fala. Você poderá conhecer a sua história, nos sites descritos nas referências. E, então, entenderá como é possível que a TA transforme vidas.

Outros relatos, no âmbito pedagógico, podemos verificar com o uso da comunicação aumentativa e alternativa, de baixo custo, por meio das pranchas de comunicação, ou se preferir um sistema mais aprimorado, o uso do circuito do CCTV que amplia imagens para quem tem problemas de visão.

Desta forma, concluímos nossa escrita, destacando que o papel do professor pode fazer a diferença na vida do estudante, principalmente, tendo clareza e sensibilidade para buscar, criar, encontrar estratégias, recursos que possam ajudar, mediar os processos de ensino aprendizagem junto a pessoas com deficiência. Mesmo que essa busca, seja concretizada em algo "aparentemente simples". Mas lembremo-nos: algo aparentemente simples, mas que pode fazer a diferença na vida das pessoas que têm deficiência!

Imagine a diferença que fez a bengala, na vida de muitas pessoas!

Pense nisso!



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



Referências:

BERSCH, Rita. INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA ASSISTIVA. Porto Alegre: RS, 2017.
Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf.
Acesso em: 01/08/2020.

Brasil.Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

GALVÃO FILHO, T. Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília/SP: Cultura Acadêmica, p. 65-92, 2012.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005. Disponível em: https://www.pedagogia.com.br/artigos/piaget_e_o_desenvolvimento_cognitivo/?pagina=4. Acesso em 01.08.2020

<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/05/ufrj-cria-programas-para-que-cegos-e-tetraplegicos-usem-o-computador.html> (História da Luciana) Projetos de acessibilidade do Instituto Tércio Pacitti - NCE/UFRJ <http://intervox.nce.ufrj.br/> (Projetos da Universidade do Federal do Rio de Janeiro) http://catalogo.educacaonaculturadigital.mec.gov.br/hypermedia_files/live//tecnologias_assistivattopic-o-3-categorias-de-tecnologia-assistiva.html. Acesso em 06.08.2020



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo de Comunicação
Texto: Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso, Márcia Raimunda de Jesus M. da Silva e Nélia de Mattos Monteiro
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



6º ENCARTE PEDAGÓGICO DO GETEL - PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

Por Ibraim Vieira Lustosa

Olá, Caro (a) Leitor(a) dos Encartes Pedagógicos do GETEL!

Em nosso encarte, iremos dialogar um pouco sobre processo de ressocialização de adolescentes, considerados à luz da Legislação Nacional como "infratores".

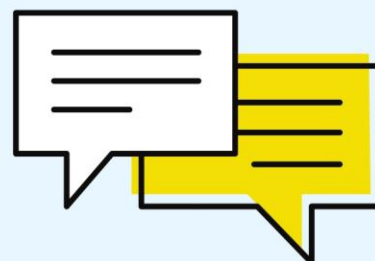
O que significa um ato infracional?

Quando um adolescente comete um ato infracional, quais medidas devem ser tomadas pelas autoridades?

Os processos de ressocialização se estruturam de qual modo?

O que vem a ser um processo de ressocialização?

Enfim, temos um conjunto de interrogações que permeiam o debate sobre adolescentes, situações vulnerabilidade e ressocialização.



Vamos então dialogar um pouco!

A existência de diferenças sociais entre indivíduos faz-nos refletir sobre como se estabelecem as desigualdades entre eles e como estas se refletem no comportamento dos sujeitos, o que varia em diferentes aspectos, dentre eles os que definem como a sociedade está organizada e que permitirá a compreensão sobre a realidade na qual estamos inseridos, entendendo-a enquanto uma construção social.

A garantia aos direitos básicos dos adolescentes nem sempre é efetivada e alguns acabam realizando atos infracionais, em última instância, quando se trata de atos de maior gravidade, são submetidos à pena de restrição de liberdade, sendo encaminhados para Instituições responsáveis por sua guarda, durante o período definido por lei para a privação de liberdade.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

A preocupação com a situação das crianças e adolescentes no Brasil não é recente, observa-se que no decorrer do tempo há uma busca por garantir que os adolescentes sejam atendidos para evitar que fiquem sem amparo social. De acordo com Oliveira:



A história de atendimento e internação de crianças e jovens no Brasil iniciou-se por volta do séc XVII e XIX, o qual foi entregue à igreja católica. A roda dos expostos, assim era chamada, foi uma alternativa para receber as crianças vítimas da pobreza, do abandono e também as crianças doentes. A roda era administrada pela Santa Casa de Misericórdia, deixando uma marca de caridade e assistencialismo (OLIVEIRA, 2010, p.21).

Desde o século XVII, já era possível identificar o estabelecimento de Instituição com a preocupação de minimizar os problemas sociais pelos quais passavam os adolescentes em situação de pobreza; o que os colocava em situação de risco, sendo necessário buscar soluções para evitar maiores problemas com as crianças em situação de vulnerabilidade.

A preocupação com a criança e o adolescente foi um dos pontos abordados na Constituição Brasileira, nela evidenciam-se aspectos básicos a que tem direito o adolescente, bem como o que deve ser evitado para que o mesmo possa se desenvolver com dignidade e oportunidades para que a vida em sociedade satisfaça suas necessidades. Observa-se ainda que o cuidado com a criança e com o adolescente faz parte das obrigações não apenas da família, mas também do Estado. Quando os adolescentes se envolvem em situações de conflito com a lei, realizando algum ato que foge às normas estabelecidas, sendo este punível com a privação de liberdade, o Estado deve atuar de modo a garantir a ressocialização do mesmo.



Neste sentido, enfatiza-se o papel preponderante do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei criada em 1990, que além do objetivo principal de estabelecer todos os direitos das crianças e dos adolescentes, define ainda como agir em casos nos quais os adolescentes que se envolvem em atos infracionais passíveis de punição.





PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

De acordo com o Artigo 2 do ECA: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e Adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Estabelecido em lei como deve ser o ambiente para o qual o adolescente infrator será destinado, as Instituições devem ser estruturadas de modo a garantir que tenha possibilidade de refletir sobre os seus atos e oportunidade de mudança no seu comportamento, mediante a compreensão tanto da gravidade da ação que cometeu, quanto da necessidade de transformação.

Para que ocorra a real possibilidade de mudança do comportamento dos adolescentes infratores, é preciso que as Instituições que os acolhem, sejam capazes de promover atividades que lhes permitam refletir sobre a realidade e como a sociedade está organizada, de modo a compreender porque o ato realizado por ele é considerado como infracional. Assim,



Essas instituições assumem um papel importante na vida do adolescente por representarem uma ruptura com o mundo no qual ele estava habituado a viver, e devido ao tempo de permanência e à intensidade da vivência, passam a figurar como ambiente estruturador da vida de seus usuários. [...] instituições totais, entendidas como locais de residência e trabalho, onde indivíduos em situação semelhante são separados da vivência social por um longo período de tempo, levando uma vida enclausurada e permanentemente monitorada. Este tipo de ambiente atua de forma intensa na estrutura emocional dos usuários e, quando não é adequado ao propósito das atividades desenvolvidas, pode comprometer seriamente a ressocialização dos adolescentes (DUARTE DE OLIVEIRA; PALERMO, 2008, p. 18).

A preocupação com o adolescente é importante, pois nas instituições, cujo trabalho se pauta no acolhimento e educação dos sujeitos, eles encontrarão uma nova forma de convívio, distinta das que estão habituados, precisando adaptar-se, e sendo preparados para o posterior regresso ao convívio social.





PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

Neste caso, é necessária a preocupação tanto com a condição emocional do adolescente, quanto com a sua preparação, para quando voltar ao convívio em sociedade; sendo o Processo de Ressocialização uma tarefa indispensável e complexa, mas essencial que seja pensada inicialmente nas Instituições onde eles são destinados após cometerem alguma infração.

As instituições que recebem os adolescentes infratores devem, portanto, planejar suas atividades de modo a proporcionar a readaptação do indivíduo, ou seja, elaborar estratégias que permitam ao adolescente uma transformação de comportamento, o que só é possível na medida em que ele reconheça que o ato cometido não se enquadra nas normas da sociedade na qual ele vive, pelo que:



Os programas socioeducativos direcionados aos adolescentes apenas privados de liberdade, devem respeitar as peculiaridades de cada pessoa em desenvolvimento, assim como deve assegurar a proteção à vida desses adolescentes e dos trabalhadores, evitando a discriminação por meio de rótulos que expõem estes indivíduos a situações que impedem a superação das dificuldades para viabilizar a inclusão social (SANTOS, et al.,s/d, p.3-4).

Neste sentido, as Instituições responsáveis por acolher os adolescentes que cometem alguma infração punível com a restrição da liberdade, não são apenas locais para o "encarceramento" do adolescente, mas sim um local onde o mesmo terá a oportunidade de ressociação.

No entanto, é preciso considerar que ao retirar o adolescente do convívio social, muitos aspectos estão envolvidos; não restringindo-se apenas ao adolescente, mas também a toda a sua família, por isso o cuidado com este indivíduo perpassa ainda por observar a condição familiar da qual o mesmo faz parte, pois





PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

A apreensão do adolescente, a sua entrada e a da família no sistema jurídico, assim como o fim da medida socioeducativa são momentos cruciais, geralmente de crise e desorganização familiar. Assim, o cumprimento de uma medida constitui-se em um momento significativo na vida do adolescente em conflito com a lei e de sua família [...], podendo se constituir num fator de proteção (NARDI, 2010, p.22).



Dai que, as Instituições onde os adolescentes ficam para cumprir as medidas socioeducativas precisam ser organizadas, de modo a oferecer oportunidades educativas empenhadas na transformação da conduta dos adolescentes em situações de vulnerabilidade, o que se constitui em uma atividade difícil, especialmente diante da estrutura na qual se inserem estas instituições no Brasil.

Então? Feitas as considerações iniciais, vamos agora contextualizar o processo de ressocialização para nosso maior e mais amplo entendimento deste conceito, essencial para todos que acreditam no potencial que a educação tem na vida das pessoas!

CONTEXTUALIZANDO RESSOCIALIZAÇÃO

É preciso compreender o que é a ressocialização, enquanto uma etapa fundamental que deve ser realizada nas instituições de acolhimento dos adolescentes infratores, pois a partir de sua compreensão é possível desenvolver estratégias que possibilitem a efetivação da ressocialização; destacando que a mesma precisa atender a diferentes aspectos que envolvem as normas do convívio social, e que terão rebatimento no cotidiano do adolescente.

Neste sentido, as contribuições de diferentes autores nos possibilitam analisar de forma mais objetiva o que é a ressocialização. De acordo com Ferreira: "O termo ressocializar traz em seu bojo a ideia de fazer com que o ser humano se torne novamente social (ou sócio). Isto porque, deve-se ressocializar aquele que foi dessocializado" (FERREIRA, apud SANTOS, 2010, p.19).



PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

Neste sentido, o objetivo é tentar garantir àquele que se encontra privado de liberdade por algum ato infracional a oportunidade de voltar ao convívio em sociedade, mas atendendo às normas que a regem; por isso a necessidade de ressocializar. As contribuições de Tozi ajudam a compreender a importância do processo de socialização enquanto oportunidade para aqueles que por algum motivo não estão inseridos na dinâmica social vigente, uma vez que para o autor:



Ressocializar significa tornar o ser humano capaz de viver em sociedade novamente, consoante à maioria dos homens fazem. A palavra ressocializar poderia a princípio referir-se apenas ao comportamento do preso, aos elementos externos que nós podemos resumir da seguinte forma: ressocializar é modificar o comportamento socialmente aceito e não nocivo à sociedade. Entretanto, como sabemos, antes do comportamento existem os valores; nós agimos, atuamos em função desses valores (TOZI apud FERRAZOLI; CALOBRIZI, s/d, p.5)

Destarte, a ressocialização é mais do que simplesmente adequar o indivíduo que cometeu alguma infração às normas sociais, é necessário, que além de um comportamento harmônico, tenha-se clara a necessidade de considerar os valores sociais que os orientam no decorrer do processo e que podem auxiliar ou não na ressocialização.

Por isso, ao refletir sobre a ressocialização considera-se que este processo refere-se à busca de uma reestruturação da personalidade, no entanto, é importante saber como ela ocorre, pois "Esta reestruturação pode ser benéfica ou maléfica aos indivíduos" (MADEIRA, 2004, p.49), o que depende do modo como à mesma é realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as nuances deste complexo processo pode-se obter resultados satisfatórios, no entanto, tem-se que ponderar sobre as condições para a realização do processo de ressocialização que são complexas, envolvem variáveis diversas para serem associadas de modo único, fechado e definitivo.





PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!



De modo que, o processo de ressocialização dos sujeitos adolescentes se converte numa arena fecunda e carente de estudos interdisciplinares, de publicações de resultados de práticas exitosas, pois assim estaremos contribuindo, de fato com as ampliações das discussões, do debate e das proposições nos aspectos da estruturação de políticas públicas focadas no adolescente, tanto no âmbito preventivo, quanto interventivo.

Deste modo, convidamos estudantes de graduação, pós graduação, pesquisadores interessados para fomentar o debate amplo sobre a temática da ressocialização de adolescentes, com intuito de trazer luz para o tema, muitas vezes, envolto nas teias do preconceito. Há muito a dizer, a questionar, a fazer e refazer no escopo dos processos de atenção a adolescentes infratores. O convite ao estudo e ao debate está feito!

Diante disso, ponderamos que, há riscos de não se conseguir, efetivamente, que os resultados do processo de ressocialização sejam positivos; levando a não garantia de que o adolescente que cometeu a infração possa não compreender a gravidade de seu ato, ou acha-lo normal; o que favoreceria que o mesmo se tornasse reincidente.



REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002. BRASIL.

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI



PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília – DF. 1990.

DUARTE DE OLIVEIRA, E. M.; PALERMO, C. A responsabilidade social no projeto de instituições de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. Cadernos de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo, 2008.

FERRAZOLI, Mayara, CALOBRIZI, Maria D. D'Avilla. O trabalho do assistente social X a ressocialização dos presidiários. s/d. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2194/2351128>

JESUS, Tatiana Farias de. Trabalhadoras rurais de Feira de Santana: Gênero, poder e luta no sindicato (1989-2002). Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2009.

LUSTOSA, I. V. O Processo de Ressocialização de Adolescentes: Uma análise da Casa de Atendimento Socioeducativo Juiz Melo Matos em Feira de Santana, Ba. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciências Humanas, Área: Ciência da Educação.

MADEIRA, Lígia Mori. A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário: estudo de caso sobre a FAESP. Porto Alegre, (dissertação de mestrado), 2004.

NARDI, Fernanda L. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família, ato infracional e medida socioeducativa. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre, RS, 2010.

OLIVEIRA, Andréa dos S. A Fundação Casa e o trabalho educativo escolar. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, (dissertação de mestrado), 2010.

SANTOS, F. B. dos; et al. Limites e possibilidades das medidas sócio-educativas aplicadas à jovens apenados. s/d. Disponível em: <http://www.nucleo.ufal.br/gepsojur/anaisconnasp/eixos/GSC-35.pdf>

SANTOS, Maria Alice de Miranda dos. A ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010.



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI

DEDC - CAMPUS XI
Departamento de
Educação



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO!

SANTOS, Roberto Vatan dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. Integração, ano XI, nº 40, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA

30 ANOS

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
José Bites de Carvalho - Reitor
Marcelo Ávila - Vice-Reitor
Jean Santos - Diretor DEDC XI
Jusceli Cardoso - Diretora Substituta

Equipe responsável:
Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e
Libras - GETEL, Colegiado de Pedagogia e Núcleo
de Comunicação
Texto: Ibraim Vieira Lustosa
Diagramação: Juliana Melo



Apoio:



Projeto

#FicaEmCasaUnebCampusXI